

**ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA CÂMARA TÉCNICA DE LICENCIAMENTO (CTL) DO CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE, REALIZADA EM 03 DE OUTUBRO DE 2024**

Data: 03/10/2024

Horário: 09h30min às 16h30min

Local: FECAM

**I - PARTICIPANTES:**

**ANAMMA** – Mayara Pereira Silva (Secretária); Janaina Mendes  
**ABES** – Patrice Barzan (Relatora - Matutina)  
**CASAN** – Ausente  
**CIMVI** – Sandra Regina Batista; Rafael Paludo  
**CREA/SC** – Fernanda Maria F. Vanhoni  
**CRQ-XIII** – Ausente  
**EPAGRI** – Guilherme Xavier de Miranda  
**FACISC** – Ausente  
**FECAM** – Schirlene Chegatti (Presidente); José Francisco Moura  
**FIESC** – Luís Henrique C. da Silva  
**FLORAM** – Murilo Custódio Oselane  
**IMA** – Ausente  
**OAB** – Ausente  
**SEMAE** – Bruno Henrique Beilfuss

**Convidados:**

**FAESC** - Maicon dos Reis Soares

**II – ABERTURA E PAUTA DE REUNIÃO:**

Às 09h30min do dia 03 de outubro de 2024, presencialmente e conforme local acima indicado na convocação, reuniu-se a Câmara Técnica de Licenciamento (CTL), do Conselho Estadual do Meio Ambiente - CONSEMA, com a presença dos membros representantes do Poder Público e da Sociedade Civil supracitados. Instalados os trabalhos, a Presidente Schirlene Chegatti, iniciou a reunião pelo item 1.

**1. Leitura e aprovação da ata anterior (05/09/2024):**

**Encaminhamento:** Aprovada por unanimidade a ata da reunião de 05/09/2024.

**2. Discussão acerca do Processo IMA 13335/2023 encaminhado pelas Centrais Elétricas de Santa Catarina – CELESC:**

**Discussão:** As Centrais Elétricas de Santa Catarina – CELESC solicita manifestação da CTL acerca da alternativa de exigir um laudo técnico com ART atestando que não há restrições ambientais para novas ligações de energia elétrica, em locais dos quais a Celesc não possui dados disponíveis para a consulta de Áreas Legalmente Protegidas.

Considerando a ausência de informações com a delimitação das áreas de preservação permanente, uma alternativa para viabilizar a ligação de unidade consumidora seria exigir do solicitante de ligação de energia a apresentação de um laudo técnico de um profissional legalmente habilitado com Anotação de Responsabilidade Técnica (ART), atestando que o imóvel objeto de ligação de energia não se encontra em Área Legalmente Protegida (ALP), **similar a uma Declaração de Conformidade Ambiental, conforme previsto na Resolução 98/2017 do CONSEMA.**

47	
48	Conforme discussão dos membros da CTL é importante esclarecer ao requerente que de acordo com a
49	Resolução CONSEMA nº 250/2024, inciso XXV, Art. 2º, a Declaração de Atividade Não Constante é um
50	documento que declara que a atividade não integra a Listagem de Atividades Sujeitas ao Licenciamento
51	Ambiental e, portanto, não passível de licenciamento ambiental. A Declaração de Atividade Não
52	Constante (DANC) não se configura como documento autorizativo para instalação, operação ou ampliação
53	da atividade ou empreendimento.
54	
55	Com relação ao Laudo com ART, não compete à este Conselho estabelecer procedimentos que não
56	estejam relacionados ao Licenciamento Ambiental conforme Resoluções CONSEMA nº 250/2024 e
57	251/2024.
58	
59	<b>Encaminhamento:</b> Encaminhar resposta ao Processo IMA 13335/2023 para a Secretaria Executiva do
60	CONSEMA para providências.
61	
62	O representante da EPAGRI manifesta voto contra o encaminhamento, onde entende que frase correta
63	deveria ser “com relação ao Laudo com ART, não compete à esta Câmara Técnica estabelecer
64	procedimentos que não estejam relacionados ao Licenciamento Ambiental conforme Resoluções
65	CONSEMA nº 250/2024 e 251/2024”.
66	
67	<b>3. Discussão acerca do Processo SEMAE 502/2024 encaminhado pelo requerente Jose Locks,</b>
68	<b>representante da SBM Sul Brasileira de Mineração Ltda:</b>
69	
70	<b>Discussão:</b>
71	
72	O requerente solicita as seguintes alterações na Resolução CONSEMA nº 98/2017, substituída pela
73	Resolução CONSEMA nº 250/2024:
74	
75	a) adotar como porte pequeno o inerente a extensão de 0 a 5 km, pois assim se farão necessários os
76	prévios estudos ambientais pertinentes. Sugestão de redação:
77	
78	33.20.01 - Desassoreamento mecanizado de cursos d’água, exceto por draga.
79	Pot. Poluidor/Degradador: Ar: P Água: M Solo: M Geral: M Porte
80	Pequeno: $0 \leq L \leq 5$ (RAP)
81	Porte Médio: $5 < L < 10$ (EAS)
82	Porte Grande: $L \geq 10$ (EAS)
83	(L é o comprimento do curso da água em Km)
84	
85	Atualmente o Código na Resolução CONSEMA nº 250/2024 é apresentado da seguinte forma:
86	
87	33.20.01 - Desassoreamento mecanizado de cursos d’água, exceto por draga.
88	Pot. Poluidor/Degradador: Ar: P Água: M Solo: M Geral: M
89	Porte Pequeno: $1 \leq L \leq 5$ (RAP)
90	Porte Médio: $5 < L < 10$ (EAS)
91	Porte Grande: $L \geq 10$ (EAS)
92	
93	b) condicionar, para a obtenção da mencionada certidão de atividade não constante junto ao IMA, a
94	apresentação de termo de anuência do titular do título minerário da jazida pretendida.
95	
96	Os membros da CTL entendem que é necessário apresentação de Estudo Técnico dos setores envolvidos
97	para a continuidade da análise da proposta de alteração do código 33.20.01 definido na Resolução
98	CONSEMA nº 250/2024.
99	
100	

101 **Encaminhamento:** Encaminhar resposta ao Processo SEMAE 502/2024 para a Secretaria Executiva do  
102 CONSEMA para providências.  
103

104 **4. Discussão acerca do Processo SEMAE 915/2024 – Formulário 009/2024 encaminhado por Martinelli**  
105 **Advogados:**  
106

107 O Requerente apresenta os seguintes questionamentos:  
108

- 109 I. O Requerente solicita apoio técnico do Órgão na interpretação da norma aplicável, pelo que se  
110 apresenta a presente Consulta.  
111
- 112 II. Considerando a hipótese de que os resíduos/produtos não são perigosos, qual o procedimento  
113 de Licenciamento Ambiental a ser seguido perante o IMA?  
114
- 115 III. Em caso de os resíduos/produtos serem considerados perigosos, quais as providências que  
116 devem ser tomadas para obter o devido Licenciamento Ambiental no IMA?  
117
- 118 IV. Considerando que se deseja incinerar resíduos sólidos de terceiros consistente no lodo  
119 proveniente de ETE nas dependências do empreendimento e visando o cumprimento das  
120 obrigações impostas em lei, qual o procedimento de Licenciamento Ambiental deve ser seguido  
121 perante o IMA?  
122
- 123 V. É possível requerer alteração da licença de operação em vigor ou somente será possível incluir a  
124 atividade de tratamento térmico de resíduos sólidos industriais quando do pedido de renovação  
125 da LAO vigente?  
126
- 127 VI. Por todo exposto, o empreendimento deve informar ao IMA sobre o andamento da autorização  
128 para instalação de reuso de recurso hídrico para fins industriais, ou somente apresentar a  
129 autorização, quando  
130 obtida?  
131
- 132 VIII. Em caso positivo, qual o procedimento que a consulente deve seguir para apresentar o  
133 procedimento de autorização perante o órgão responsável?  
134
- 135 IX. Semelhante à autorização para reaproveitamento de recurso hídrico, é necessário que o  
136 empreendimento apresente ao IMA todo o procedimento para obtenção da outorga de direito  
137 de uso ou declaração de baixa vazão ou somente apresentar a autorização / dispensa quando  
138 obtida  
139
- 140 X. Em caso de que vazão seja insignificante, é preciso anuência do IMA?  
141

142 Após análise dos questionamentos encaminhados, os membros da CTL entendem que não é de sua  
143 competência a discussão sobre questões pontuais de empreendimentos privados, sendo que as dúvidas  
144 devem ser sanadas junto ao órgão ambiental licenciador.  
145

146 **Encaminhamento:** Encaminhar resposta ao SEMAE 915/2024 – Formulário 009/2024 para a Secretaria  
147 Executiva do CONSEMA para providências.  
148

149 **5. Discussão acerca do Processo SEMAE 1214/2024 encaminhado pelo Instituto do Patrimônio Histórico**  
150 **e Artístico Nacional – IPHAN:**  
151

152 A manifestação do IPHAN consiste em ofício anuindo a emissão de determinada licença ambiental ou  
153 apontando a existência de eventuais óbices ao prosseguimento do processo de licenciamento, sob a  
154

155	perspectiva dos bens acautelados em âmbito federal, indicando, quando pertinente, as medidas ou
156	condicionantes necessárias para superá-los.
157	
158	Os membros da CTL entendem que é necessário apresentação de Estudo Técnico contendo dados
159	históricos relativos, estatísticos e casos específicos relacionados à solicitação para continuidade da análise
160	da demanda encaminhada. De forma complementar, a CTL convida um representante do Instituto para
161	apresentação do referido estudo, caso haja interesse.
162	
163	<b>Encaminhamento:</b> Encaminhar resposta ao SEMAE 1214/2024 para a Secretaria Executiva do CONSEMA
164	para providências.
165	
166	<b>6. Discussão acerca do Processo SEMAE 1215/2024 encaminhado por Fabio Brummer e item 7.</b>
167	<b>Discussão acerca do Processo SEMAE 1216/2024 encaminhado por Rafael Cristiano Wolter:</b>
168	
169	Inclusão de um porte menor que o atual (pequeno) ou um código específico, tendo a possibilidade de um
170	licenciamento de forma simplificada, visto que os controles e os cuidados ambientais de uma misturadora
171	são os mesmos do preparo do concreto na Obra junto da Betoneira. Ou ainda uma nova modalidade, LAC
172	por exemplo: Pequena Central Temporária ou móvel de concreto. Atividades: preparo/mistura de
173	concreto dentro da obra/empreendimento através de uma pequena central dosadora ou misturadora
174	(modelo de uma fábrica de pré-moldados, por exemplo) evitando o transporte através de caminhões
175	betoneira pelas vias da cidade, transtorno e espaço na obra e vizinhança.
176	
177	Os membros da CTL entendem que é necessário apresentação de Estudo Técnico dos setores envolvidos
178	para a continuidade da análise da proposta encaminhada pelo requerente.
179	
180	<b>Encaminhamento:</b> Encaminhar resposta ao Processo SEMAE 1215/2024 para a Secretaria Executiva do
181	CONSEMA para providências.
182	
183	<b>8. Discussão acerca do Processo SEMAE 1218/2024 encaminhado pela Fundação Municipal do Meio</b>
184	<b>Ambiente de Biguaçu (FAMABI);</b>
185	
186	A Requerente encaminhou o seguinte questionamento: “Gostaria de tirar uma dúvida sobre
187	enquadramento de atividade. Veio para análise no órgão ambiental onde trabalho (Município de Biguaçu)
188	a solicitação para construção de um empreendimento denominado Santuário Religioso. Gostaria de saber
189	se essa atividade se enquadra na 71.70.10 - Complexos turísticos e de lazer, inclusive parques temáticos e
190	autódromos, ou, caso não se enquadre, qual seria o enquadramento correto”.
191	
192	Foi definido pelos membros da CTL que a representante da FECAM irá entrar em contato com o município
193	para auxiliar no questionamento apresentado. Ademais, é de entendimento desta Câmara Técnica que
194	não cabe à mesma realizar o enquadramento da atividade ou de casos específicos.
195	
196	<b>Encaminhamento:</b> Encaminhar resposta ao Processo SEMAE 1218/2024 para a Secretaria Executiva do
197	CONSEMA para providências.
198	
199	<b>9. Discussão acerca do Processo SEMAE 1561/2024 encaminhado por Fabio Daniel Rezini:</b>
200	
201	Foi verificado que o Processo se trata de canalização e será avaliado juntamente com o item 13.
202	
203	<b>10. Discussão acerca do Processo SEMAE 1562/2024 encaminhado por Eduardo Canarin - Imbituba:</b>
204	
205	<b>Questionamento do Requerente:</b>
206	
207	1. Licenciamento de ETE em Serviços de Lavagem de Caminhões de Grande Porte Primeiramente, temos
208	uma dúvida referente às empresas que prestam serviços de lavagem de caminhões de grande porte,

209	utilizados no transporte de granéis sólidos (como grãos agrícolas, coque de petróleo, fertilizantes, e
210	produtos químicos diversos), em operações de movimentação de cargas portuárias.
211	Compreendemos que a atividade de lavagem em si não é passível de licenciamento ambiental. Contudo,
212	surge a dúvida quanto à obrigatoriedade de licenciamento da ETE que se faz necessária para tratar os
213	efluentes gerados, considerando que os resíduos dos produtos supracitados acumulados nos chassis e
214	caçambas desses caminhões exigem um sistema de tratamento com eficiência comparável ao de uma
215	atividade industrial. É nosso entendimento que o sistema separador de água e óleo, isoladamente, não
216	possui a eficiência requerida para o tratamento adequado desses efluentes.
217	
218	Assim, questionamos se há necessidade de licenciamento ambiental da ETE junto ao IMA, com
219	enquadramento no código 34.31.10 – Sistema de coleta e tratamento de efluentes industriais, para
220	garantir a conformidade com as exigências ambientais e a adequada gestão dos efluentes gerados por
221	essa atividade?
222	
223	<b>Discussão CTL questionamento 1:</b>
224	
225	Conforme §2º, Art. 10 da Resolução CONSEMA nº 250/2024, No pedido de licenciamento, o requerente
226	deve informar todas as atividades licenciáveis.
227	
228	<i>Art. 10 da Resolução CONSEMA nº 250/2024, No pedido de licenciamento, o requerente deve informar</i>
229	<i>todas as atividades licenciáveis.</i>
230	<i>(...)</i>
231	<i>§2º Caso o empreendimento não seja passível de licenciamento, mas exista em sua estrutura atividades</i>
232	<i>sujeitas ao licenciamento ambiental, deverá ser aplicado o licenciamento de forma individualizada, de</i>
233	<i>acordo com os portes constantes nesta Resolução. O porte a ser considerado será aquele da atividade</i>
234	<i>licenciável.</i>
235	<i>(...)</i>
236	
237	Desta forma o Licenciamento Ambiental deverá ser aplicável conforme determina §2º, Art. 10 da
238	Resolução CONSEMA nº 250/2024. Ademais, é de entendimento desta Câmara Técnica que não cabe à
239	mesma realizar o enquadramento da atividade ou de casos específicos, sendo que as dúvidas devem ser
240	sanadas pelo órgão ambiental licenciador.
241	
242	2. Em segundo lugar, questionamos o procedimento de licenciamento ambiental para empreendimentos
243	cuja atividade principal é sujeita ao licenciamento pelo órgão ambiental municipal, mas que também
244	demandam a instalação de uma ETE. Neste caso, é necessário que o empreendedor obtenha o
245	licenciamento da ETE junto ao IMA, com enquadramento no código 34.31.10 – Sistema de coleta e
246	tratamento de efluentes industriais, independentemente do licenciamento da atividade principal já estar
247	sob a jurisdição do órgão ambiental municipal?
248	
249	<b>Discussão CTL questionamento 2:</b>
250	
251	No Art. 10. da Resolução CONSEMA nº 250/202, no pedido de licenciamento, o requerente deve informar
252	todas as atividades licenciáveis.
253	
254	<i>Art. 10 da Resolução CONSEMA nº 250/2024, No pedido de licenciamento, o requerente deve informar</i>
255	<i>todas as atividades licenciáveis.</i>
256	<i>§1º O estudo ambiental exigido para fins de licenciamento ambiental deverá ser de acordo com a</i>
257	<i>atividade que requeira o estudo ambiental de maior complexidade. O estudo ambiental a ser apresentado</i>
258	<i>deverá ainda considerar os impactos de todas as Atividades Licenciáveis e inerentes existentes no</i>
259	<i>empreendimento.</i>
260	<i>(...)</i>
261	
262	

263	Ainda na mesma Resolução, conforme inciso XI, Art. 2, atividade inerente é a atividade exercida pelo
264	empreendimento e considerada como uma etapa essencial, abrangida no licenciamento ambiental.
265	
266	Desta forma o Licenciamento Ambiental deverá ser aplicável conforme determina o §1º, Art. 10 da
267	Resolução CONSEMA nº 250/2024. Ademais, é de entendimento desta Câmara Técnica que não cabe à
268	mesma realizar o enquadramento da atividade ou de casos específicos, sendo que as dúvidas devem ser
269	sanadas pelo órgão ambiental licenciador, observada as competências previstas pelo Art. 6º da referida
270	Resolução.
271	
272	<i>“Art. 6º O licenciamento ambiental de empreendimento que engloba mais de uma atividade passível de</i>
273	<i>licenciamento deverá ser realizado por um único órgão licenciador, que seja competente para o</i>
274	<i>licenciamento da atividade de maior impacto”.</i>
275	
276	<b>Encaminhamento:</b> Encaminhar resposta ao Processo SEMAE 1562/2024 para a Secretaria Executiva do
277	CONSEMA para providências.
278	
279	<b>11. Discussão acerca do Processo SEMAE 1563/2024 encaminhado pela Fundação do Meio Ambiente</b>
280	<b>Desenvolvimento Sustentável – FMADS:</b>
281	
282	Os membros da CTL entendem que o Processo SEMAE 1563/2024 deve ser encaminhado para Câmara
283	Técnica de Assuntos Jurídicos - CTAJ.
284	
285	A CTL esclarece que o entendimento técnico do Art. 44 da Resolução CONSEMA nº 250/2024 e Art. 3º da
286	Resolução CONSEMA nº 251/2024 que nos casos de atividades novas fica valendo o prazo de 02 (dois)
287	anos, já para as atividades em andamento, protocoladas na vigência da Resolução CONSEMA nº 98/2017
288	e Resolução CONSEMA nº 99/2017, fica mantido a Resolução que estava em vigor até a sua próxima
289	renovação. As atividades que não constam mais nas Resoluções atuais, deve-se aguardar o prazo das
290	Licenças Ambientais, sem necessidade de renovação. Ressaltamos que os órgãos ambientais não poderão
291	exigir o Licenciamento Ambiental de atividades que não integram as Resoluções CONSEMA nº 250/2024 e
292	CONSEMA nº 251/2024.
293	
294	<b>Encaminhamento:</b> Encaminhar resposta ao Processo SEMAE 1563/2024 para a Secretaria Executiva do
295	CONSEMA para providências.
296	
297	<b>12. Discussão acerca do Processo IMA 27040/2024 encaminhado pelo Instituto do Meio Ambiente -</b>
298	<b>IMA:</b>
299	
300	O Requerente sugere que na Resolução CONSEMA do Estado de Santa Catarina no 98/2017, seja
301	adicionado os termos, biológicos ou não biológicos, na descrição do código 20.82.00, passando-se a ler da
302	seguinte forma:
303	
304	20.82.00 - Fabricação de inseticidas, germicidas, fungicidas, agrotóxicos, biológicos ou não biológicos.
305	Pot. Poluidor/Degradador: Ar: M Água:G Solo: M Geral:G
306	Porte Pequeno: AU(3) 0,2 (EAS)
307	Porte Médio: 0,2 < AU(3) < 1 (EAS)
308	Porte Grande: AU(3) 1 (EAS)
309	
310	Os membros da CTL entendem que é necessário apresentação de Estudo Técnico dos setores envolvidos
311	para a continuidade da análise da proposta encaminhada pelo requerente. De forma complementar, a CTL
312	convida um representante do Instituto para apresentação do referido estudo, caso haja interesse.
313	
314	<b>13. Continuação da Revisão da Resolução CONSEMA nº 128/2019:</b>
315	
316	

317	<b>13.1. Discussão acerca do Processo SEMAE nº 1219/2024 do Consórcio Intermunicipal de</b>
318	<b>Desenvolvimento Regional – CONDER:</b>
319	
320	Inclusão de uma definição na própria atividade 33.13.28, acrescentando ao final: “excetuando-se tubulações
321	sob passagens de vias públicas”, assim sendo sugestionado: “33.13.28 - Canalização ou tubulação de
322	curtos d’água em área urbana, em no máximo 100 m (cem metros) lineares de extensão entre trechos já
323	tubulados ou canalizados; excetuando-se tubulações sob passagens de vias públicas.”
324	
325	Os membros da CTL entendem que deve ser melhorada a redação do item 2 do anexo Único da Resolução
326	CONSEMA nº 128/2019, onde atualmente lê-se da seguinte forma:
327	
328	<i>2. Implantação de obras de arte, como pontes, alas ou cortinas de contenção e tubulações para viabilizar</i>
329	<i>acesso aos imóveis urbanos ou rurais, desde que, não possuam alternativa técnica locacional, econômica</i>
330	<i>ou ambiental viáveis, limitada a uma largura máxima estabelecida de 12 m (doze metros).</i>
331	
332	Em resposta ao requerente, para fins de aplicação da Resolução CONSEMA nº 250/2024, obras de arte
333	não são consideradas canalizações.
334	
335	Em relação à sugestão encaminhada pelo requerente, a CTL informa que encontra-se em revisão a
336	Resolução CONSEMA nº 128/2019 e consequentemente contemplará as atividades previstas na Resolução
337	CONSEMA nº 250/2024 e Resolução CONSEMA nº 251/2024..
338	
339	Encaminhamento: Encaminhar resposta ao Processo SEMAE nº 1219/2024 para a Secretaria Executiva do
340	CONSEMA para providências.
341	
342	Em resposta ao requerente, para fins de aplicação da Resolução CONSEMA nº 250/2024, 251/2024 e
343	128/2019, obras de arte não são consideradas canalizações.
344	
345	<b>13.2. Discussão acerca do Processo SEMAE 1570/2024 encaminhado pela requerente Érika Piacheski</b>
346	<b>Abreu:</b>
347	
348	Solicitação de alteração da descrição do item 33.13.28 para Canalização ou tubulação de cursos d’água
349	em área urbana, em no máximo 100 m (cem metros) lineares de extensão entre trechos já tubulados ou
350	canalizados, incluído travessias de curso d’água por vias públicas, independente da distância entre as
351	canalizações. Ou então, detalhamento técnico dos itens que permitem o enquadramento de canalizações
352	como baixo impacto, de acordo com as resoluções 128 e 251 do CONSEMA.
353	
354	Em resposta ao requerente, para fins de aplicação da Resolução CONSEMA nº 250/2024, 251/2024 e
355	128/2019, obras de arte não são consideradas canalizações.
356	
357	Os membros da CTL informam que conforme a Resolução CONSEMA nº 128/2019, a canalização poderá
358	ser efetuada somente até 100,00 metros, entre trechos tubulados, independente da distância entre os
359	trechos já tubulados.
360	
361	Em relação à sugestão encaminhada pelo requerente, a CTL informa que encontra-se em revisão a
362	Resolução CONSEMA nº 128/2019 e consequentemente contemplará as atividades previstas na Resolução
363	CONSEMA nº 250/2024 e Resolução CONSEMA nº 251/2024.
364	
365	Encaminhamento: Encaminhar resposta ao Processo SEMAE 1570/2024 para a Secretaria Executiva do
366	CONSEMA para providências.
367	
368	<b>13.3. Discussão acerca do Processo SEMAE 1561/2024 encaminhado por Fabio Daniel Rezini:</b>
369	
370	

371 Verificar a correta interpretação da Resolução, quanto a canalização/tubulação de um trecho de curso  
372 d'água INFERIOR a 100 metros, porém com distância entre trechos já tubulados SUPERIOR a 100 metros,  
373 conforme o croqui exemplo em Anexo, e determinar a possibilidade ou não dessa nova canalização.  
374

375 Em resposta ao requerente, para fins de aplicação da Resolução CONSEMA nº 250/2024, 251/2024 e  
376 128/2019, obras de arte não são consideradas canalizações.  
377

378 Os membros da CTL informam que conforme a Resolução CONSEMA nº 128/2019, a canalização poderá  
379 ser efetuada somente até 100,00 metros, entre trechos tubulados, independente da distância entre os  
380 trechos já tubulados.  
381

382 Em relação à sugestão encaminhada pelo requerente, a CTL informa que encontra-se em revisão a  
383 Resolução CONSEMA nº 128/2019 e consequentemente contemplará as atividades previstas na Resolução  
384 CONSEMA nº 250/2024 e Resolução CONSEMA nº 251/2024.  
385

386 Encaminhamento: Encaminhar resposta ao Processo SEMAE 1570/2024 para a Secretaria Executiva do  
387 CONSEMA para providências.  
388

389 Os membros da CTL definiram por elaborar uma minuta de Resolução para estabelecer critérios de  
390 Licenciamento Ambiental para canalização e retificação, visando padronizar a aplicação do Licenciamento  
391 e eventuais intervenções em Área de Preservação Permanente - APP no Estado.  
392

393 **14. Assuntos diversos:**  
394

395 **14.1.** Os membros da CTL analisaram as contribuições encaminhadas pela FIESC ref. à Resolução  
396 CONSEMA nº 128/2019.  
397

398 **III - ENCERRAMENTO:**  
399 Após leitura e aprovação desta ata, esgotada a pauta e nada mais havendo a tratar, a presidente Schirlene  
400 Chegatti agradeceu a presença de todos e declarou por encerrada a reunião. A correspondente ata foi  
401 relatada por Mayara Pereira Silva.

Schirlene Chegatti  
Presidente da CTL  
03 de outubro de 2024.